ROÇA DO CONVENTO DE SANTA TERESA (TOMBADO EM 1938)*			
ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	**VALORES ATRIBUÍDOS E IDENTIFICADOS**	**PROBLEMAS**	**DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO**
1) Descrição do caráter testemunhal das roças na formação do centro histórico: as roças conventuais refletem, historicamente, de um lado, o caráter utilitário e simbólico das antigas cercas monásticas, formadas por edifícios, hortas, pomares e jardins associados à produção, recreação e vivência espiritual dos religiosos e, de outro, os fatores de localização dos conventos e mosteiros coloniais que expressavam a busca por terrenos elevados e próximos a recursos hídricos e solos férteis capazes de proporcionar bem-estar, proteção contra ataques e invasões, vistas aprazíveis, lugares saudáveis, autossuficiência e reforço ao espírito de clausura. Eram parte integrante tanto dos complexos religiosos quanto do tecido verde das cidades onde se localizavam, portanto relevantes para a compreensão e valorização dos edifícios religiosos e da fisionomia urbana antiga e atual. 2) Caracterização da área: a roça de Santa Teresa trata-se de área predominantemente livre e dotada de cobertura vegetal, localizada no conjunto religioso formado pela Igreja e Convento de Santa Teresa. O estabelecimento religioso vinculado à ordem dos carmelitas descalços foi edificado com a sua frontaria voltada para a Rua do Sodré e com os terrenos da sua roça, aos fundos, chegando até a praia. A construção do convento iniciou-se a partir de 1666, concluído e inaugurado em 1686, enquanto a igreja foi terminada cerca de uma década depois, em 1697. Entre 1835 e 1852 ocorreram desabamentos e a construção de um muro de arrimo para a contenção do terreno, dividindo a roça do convento. O muro possibilitou a abertura de um caminho que veio a consolidar a implantação da Rua Visconde de Mauá em 1930, reduzindo a extensão da roça conventual. A sua configuração e delimitação atual recua pelo menos ao início da década de 1950, quando já havia sido aberta a Rua Visconde de Mauá e feitos os parcelamentos dos terrenos dessa via, da Rua Areal de Cima e da Travessa Aquino Gaspar. Atualmente, a porção remanescente da antiga roça é constituída pelo Convento de Santa Teresa (onde funciona o Museu de Arte Sacra da UFBA, inaugurado em 1959), um platô superior (espaço livre adjacente e fronteiro ao museu) e uma área de meia encosta em cota inferior delimitada por um muro que faz divisa com a Rua Visconde de Mauá. O platô corresponde a um espaço predominantemente livre e plano, com 6.117,26 m² (0,61 ha), constituído por árvores de grande porte e jardins de plantas ornamentais de menor porte na frente e na lateral do convento, além de instalações como a antiga marcenaria/carpintaria, postes de iluminação e uma estação meteorológica da Codesal, estacionamento de veículos e circulações atreladas ao museu e seu uso como local de eventos e receptivos. A área de meia encosta em cota topográfica inferior corresponde a um espaço livre de 3.326,92 m² com declividades iguais ou superiores a 30%. Portanto, somadas essas duas áreas (platô e meia encosta), o espaço livre total atinge 9.444,18 m², equivalentes a 81,10% da superfície total de 11.644,54 m² do conjunto religioso, excetuando-se o claustro interno. A cobertura vegetal e solo permeável desempenham funções ambientais de amenidade climática, drenagem e valorização visual, além dos atributos históricos, artísticos e paisagísticos relacionados à arquitetura, localização e implantação do conjunto edilício. A massa verde se destaca, quando vista tanto a partir da Cidade Baixa, quanto da Cidade Alta nas imediações da Praça Castro Alves ou da Rua do Sodré, inclusive seu trecho conhecido como Gameleira. A massa vegetal existente no platô gera efeitos de contraste e realce com o fundo edificado da Rua do Sodré. O fechamento da roça na divisa com a Rua Visconde de Mauá é realizado por um muro de contenção em pedra de altura constante que acompanha a inclinação da via.	1) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial e suas transformações nos séculos seguintes. 2) Reconhecimento de edificações (monumentos) de valor histórico e artístico*. 3) Reconhecimento do valor paisagístico do setor, em especial a relação visual Cidade Baixa/Cidade Alta e a Baía de Todos os Santos/Cidade Alta como elementos significativos para a leitura do frontispício da cidade de Salvador. 4) Reconhecimento da roça conventual como área predominantemente livre remanescente e dotada de cobertura vegetal, associada ao conjunto de Santa Teresa, que desempenha funções ambientais e se destaca na composição paisagística do centro histórico. *Tombamentos isolados: Convento e Igreja de Santa Teresa – tombamento de 1938; Belas Artes.	1) Redução da área da antiga roça conventual, observada já na década de 1950, após a abertura da Rua Visconde de Mauá nos anos 1930, o parcelamento e ocupação dos lotes voltados para essa via. 2) Necessidade de equilibrar a demanda por estacionamentos e superfícies para circulação em razão da utilização do espaço livre do platô como área de eventos e receptivos, o que induz a ampliação de áreas pavimentadas, e a demanda por áreas livres permeáveis. 3) Conflito entre a tendência de ocupação de áreas livres da encosta com diversos tipos de empreendimentos e a preservação do frontispício da cidade e da própria encosta como área verde e elemento paisagístico fundamental da identidade urbana. 4) Existência de áreas de encosta características da paisagem urbana porém sujeitas à instabilidade do solo e histórico de contenções e deslizamentos, com possíveis restrições de uso e ocupação.	1) Preservação da leitura e da percepção urbana das características tradicionais de parcelamento. 2) Incentivo à manutenção e ampliação de áreas permeáveis e plantadas para a preservação das formas tradicionais de ocupação dos lotes. 3) Regulamentação rigorosa de intervenções que alterem a topografia. 4) Valorização paisagística e ambiental da encosta e realização de estudos específicos para sua recomposição vegetal. 5) Recuperação e valorização das antigas cortinas de contenção da encosta como referenciais históricos e por razões de segurança.

EM REVISÃO